

Claudia Jones e a presença feminina no pensamento negro radical

MOJANA VARGAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

Resumo:

Este artigo revê a trajetória e a obra da jornalista Claudia Jones, militante e dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos e do Partido Comunista da Grã-Bretanha e articuladora internacional do movimento Pan-Africanista. Em sua trajetória, Claudia Jones foi responsável pela organização e mobilização antirracista e anti-colonial nos EUA e no Reino Unido, desenvolvendo uma atuação destaca e abrangente apesar da perseguição política. Jones desenvolveu também importantes contribuições para o desenvolvimento da teoria marxista em sua reflexão sobre os problemas que atingem as populações negras e, em especial, as mulheres negras. Porém, o reconhecimento de sua atuação e de suas contribuições teóricas ainda é limitado tanto no movimento Pan-Africanista, quanto no contexto do pensamento negro radical e o objetivo de revisitar sua vida e obra é recuperar esses aportes teóricos e políticos como matéria-prima para renovação do movimento pan-africanista.

Introdução:

Nascida como Claudia Vera Cumberbacht na localidade de Port Spain, na ilha de Trinidad – então território colonial britânico – Claudia Jones foi uma militante comunista que, apesar do seu curto tempo de vida (Jones faleceu em Londres em 1964, aos 59 anos devidos a problemas cardíacos agravados pelo tempo de prisão a que foi submetida), desenvolveu uma importantíssima trajetória de atuação na luta pelos direitos das mulheres, pela igualdade racial e pela descolonização na África e nos territórios caribenhos. Sua militância nos EUA resultou em acirrada perseguição política, com sanções, multas e prisões movidas pelo anticomunismo da Guerra Fria.

Como imigrante caribenha, Claudia Jones experimentou, desde cedo, a condição subalterna à qual a população negra era submetida na sociedade

norte-americana, mesmo em regiões nas quais a segregação racial não estava formalmente institucionalizada. Vivendo com sua família no Brooklin, e depois no Harlem – ambos na cidade de Nova Iorque – vê a mãe ser vitimada por meningite e permanece hospitalizada por quase um ano devido à tuberculose, o que afetou sua condição física pelos anos seguintes. A experiência dos empregos mal remunerados, da discriminação racial e do machismo moldaram a formação de uma consciência política anti-capitalista, anti-colonial e radicalizada (Davies, 2011; Sherwood, 1999).

Sua decisão de ingressar no Partido Comunista dos EUA (CPUSA) foi motivada pela campanha organizada pelo partido em defesa dos Scottsboro Boys¹, o que levou Claudia a juntar-se à juventude partidária (Young Communists League – YCL) em 1936. Até então, Jones dedicava-se ao teatro e a frequentar as atividades sociais de clubes e associações negras do Harlem e do Brooklin, além de atuar também na NAACP². Logo em seguida, começou a trabalhar no *Daily Worker*, jornal mantido pelo CPUSA, tornando-se membro de sua equipe editorial já em 1937 (Sherwood, 1999).

Jones tornou-se muito ativa na YCL, atuando como sua organizadora no Harlem, depois em seu Conselho Nacional e, subsequentemente, como diretora de educação e presidente estadual do estado de Nova York. Como editora associada da *Weekly Review* da YCL, ela também trabalhou com o National Negro Congress³ (NNC) e o Southern Negro Youth Congress (SNYC)⁴, acompanhando a militância dos movimentos de juventude negra radical. Após o início da II Guerra Mundial, a YCL foi rebatizada com o nome de American Youth for Democracy e Claudia tornou-se editora de seu jornal mensal, o *Spotlight* (Davies, 2007). Mesmo tendo ocupado outros cargos e posições de direção ao longo de sua passagem pelo CPUSA, o jornalismo foi sempre uma das facetas

¹ Grupo de 09 jovens negros do Alabama, injustamente condenados à morte pela acusação de agredir um grupo de homens brancos e estuprar duas mulheres brancas durante uma viagem de trem, em 1931. Após uma longa campanha pelos direitos dos acusados e três julgamentos, todos foram condenados e presos, com penas de até 75 anos de prisão.

² National Association for the Advancement of Colored People, organização de direitos civis da população Negra, fundada em 1909. É a organização negra mais antiga ainda em atividade nos EUA.

³ Organização negra fundada em 1936 na universidade Howard e ligada ao CPUSA.

⁴ Organização negra de esquerda, ativa entre 1937 e 1949.

mais destacadas no trabalho de Claudia Jones, que utilizava a comunicação não apenas como um meio para a difusão de informações, mas sobretudo para a formação teórica e para a organização política da militância.

Ao tornar-se membro pleno do CPUSA, em 1945, Claudia assumiu a editoria de *Negro Affairs*, do *Daily Worker* e tornou-se Secretária-Executiva da Comissão Nacional Negra. Dois anos depois foi designada para a Comissão Nacional de Mulheres, por meio da qual percorreu todos os estados do país, com o objetivo de organizar as seções locais dedicadas à luta pelos direitos das mulheres negras, chegando ao Comitê Nacional do CUPSA em 1948, dada a intensidade de seu trabalho organizativo (Davies, 2007).

Em 1952, Claudia foi transferida para trabalhar na Comissão Nacional da Paz, o que novamente envolveu viajar pelo país para apoiar os centros de paz locais, que se tornaram especialmente ativos durante a Guerra da Coreia, defendendo a coexistência pacífica. No ano seguinte, esteve à frente da *Negro Affairs Quarterly*, e envolveu-se cada vez mais profundamente na luta por uma abordagem classista à luta pelos direitos civis da população negra, então em crescimento nos EUA (Davies, 2007; Chevannes, 2020).

Ao longo de seus 20 anos de atuação como militante e dirigente do Partido Comunista dos EUA, contribuiu para a construção de organizações de trabalhadores e trabalhadoras negras, identificando a necessidade de articulação dos marcadores de raça, gênero e classe para o avanço da luta das mulheres negras, muito antes que o conceito de interseccionalidade fosse formulado, nos anos 1990 (Silva, 2024). Após sua deportação para a Grã-Bretanha, deu continuidade à sua militância enfatizando a organização da luta pela descolonização dos territórios britânicos no Caribe e a busca pelo reconhecimento dos direitos da população de imigrantes residentes no país (Davies, 2011; Hinds, 2008).

Ao contrário do que pode parecer, Claudia Jones não foi uma figura única e isolada no movimento de mulheres negras radicais no contexto estadunidense. A historiografia tem recuperado a trajetória de militantes negras como Louise

⁵ A terminologia original da época foi mantida.

Thompson e Elizabeth Flynn (sindicalistas e dirigentes do CPUSA), Mary Helen Washington, Rose Ingram, Dorothy Hunton e Shirley Graham Du Bois, integrantes do movimento *Sojourners for Truth and Justice*⁶ e a professora Grace Campbell, liderança da *African Blood Brotherhood*⁷ (Burden-Stely & Dean, 2022; Weigand, 2001). Portanto, sua trajetória inscreve-se em uma tradição de militância negra radical, destacando-se por sua elevada capacidade organizativa e de produção teórica (Davies, 2007), como pode ser visto em seus principais trabalhos.

Mulheres negras e o pensamento radical de Claudia Jones

Embora diversas publicações tenham sido produzidas com o intuito de agregar a produção teórica e analítica e pensadores negros marxistas e suas contribuições tanto para o desenvolvimento do pensamento marxista, quanto para a atualização das formas de organização e luta das populações negras, pouca ou nenhuma atenção foi dada nessas obras à contribuição das mulheres negras marxistas. Militantes e intelectuais feministas negras e radicais historicamente muito destacadas como Kathleen Cleaver, Angela Davis e Assata Shakur são pouco consideradas nas análises sobre o pensamento negro radical, e Claudia Jones não é exceção.

Cedric Robinson, com sua obra pioneira *Marxismo Negro* (2004 [1981]), faz o esforço de resgatar e reconstruir analiticamente o que chamou de “tradição radical negra” e seu encontro com o marxismo, na construção de uma agenda revolucionária antirracista e anticapitalista (Robinson, 2024). Em seu livro, Robinson analisa as imbricações entre a exploração capitalista e o racismo e debate como a ação de pensadores negros marxistas como Du Bois, CLR James e Richard Wright formam uma linha de continuidade na ampliação da leitura marxista sobre as relações de exploração existentes no capitalismo, o chamado capitalismo racial (Robinson, 2024). Embora a obra tenha grande fôlego ao mapear ativistas que integraram essa tradição intelectual, a contribuição

⁶ Organização radical de direitos civis liderada por mulheres afro-americanas de 1951 a 1952.

⁷ African Blood Brotherhood (ABB), foi uma organização socialista revolucionária formada pelo jornalista afro-caribenho Cyril Briggs em 1919, visando a libertação e a autodefesa da população negra. Após sua dissolução no início dos anos 1920, muitos de seus membros ingressaram no CPUSA.

feminina em seu desenvolvimento foi desconsiderada praticamente em sua totalidade, com apenas uma breve citação a Angela Davis já no final do livro.

Carole B. Davies constata que Jones foi excluída⁸ de “todas as análises do marxismo [...] produzidas por comunistas e ativistas do sexo masculino” (Davies, 2024). Mesmo Angela Davis, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, dedica apenas algumas páginas de um capítulo para resumir a trajetória e as contribuições de Claudia Jones. Ou seja, Claudia Jones, assim como outras mulheres negras comunistas de sua geração, foram apagadas das análises sobre a produção de intelectuais negros marxistas.

No entanto, se pensarmos especificamente sobre o espaço de atuação de Claudia Jones, verifica-se que já existe uma historiografia que aponta a importância da atuação de mulheres negras na construção da mobilização social revolucionária (Silva, 2022) e para o desenvolvimento de instrumentos teóricos importantes para o avanço da luta revolucionária. Ainda na década de 1930, a ideia da “trípla exploração” começa a se desenvolver no seio da militância feminista negra do Partido Comunista dos EUA (CPUSA), fazendo frente à noção até então sedimentada entre os comunistas de que a libertação da classe trabalhadora bastaria para promover a libertação dos negros e mulheres (Davies, 2024; Silva, 2022). No entanto, a leitura de Jones, ao articular as dimensões de gênero, raça e classe, constituiu a base para a definição, pelo CPUSA, de uma agenda política específica para o enfrentamento da opressão contra as mulheres negras, como parcela da classe trabalhadora, sujeita ao racismo e ao sexismo.

Importa mencionar que Claudia Jones desempenhou um papel muito importante no processo de formação dos quadros do CPUSA por meio da

⁸ Davies (2007): “The only black woman among communists tried in the United States, sentenced for crimes against the state, incarcerated, and then deported, Claudia Jones seems to have simply disappeared from major consideration in a range of histories. [...] How could someone who had lived in the United States from the age of eight, who had been so central to black and communist political organizing throughout the 1930s and 1940s, up to the mid-1950s, simply disappear? How could such a popular public figure, an active journalist and public speaker, a close friend of Paul and Eslanda Goode Robeson, a housemate of Lorraine Hansberry, mentored by W. E. B. Du Bois, remain outside of major consideration? How could someone who was so central to Caribbean diaspora community organizing abroad, the founder of the London Carnival and of one of the first black newspapers in London, the *West Indian Gazette and Afro-Asian-Caribbean News*, a close friend of Amy Ashwood Garvey, a female political and intellectual equivalent of C. L. R. James, remain outside the pool of knowledge of Caribbean intellectual history?

organização e ministração de cursos sobre a questão das mulheres negras, precedendo historicamente a formalização da temática nos currículos universitários (Weigand, 2001), abordando tópicos como “Black Women in the Struggle for Peace and Democracy” e “Black Women in Political Life” e ocorrendo em paralelo às atividades de recrutamento de mulheres negras para o Partido, posto que a liderança de Jones transformou a compreensão das necessidades da luta das mulheres negras em um elemento central na estratégia educacional da organização (Davies, 2007).

Claudia Jones teve uma ampla produção intelectual que abarca ensaios, poesias, relatos autobiográfico e muitos textos jornalísticos em seu trabalho como editora das diferentes publicações produzidas pelo Partido Comunista e, posteriormente, como editora do *The West Indian Gazette*. Para este artigo, optamos pela análise de dois de seus primeiros ensaios individuais, publicados respectivamente em julho de 1940 e junho de 1942: *Jim Crow de Uniforme*, no qual a autora constrói a argumentação da campanha do PCUSA contra a entrada dos EUA na II Guerra Mundial e, em particular, contra o recrutamento de jovens negros para o esforço de guerra e *Ergamos todas as vozes – até a vitória*, texto que marca a mudança de posição do PCUSA em relação ao conflito.

A opção foi baseada na carência de discussões analíticas dos textos produzidos por Claudia em seu período de atuação na YCL, portanto, antes de integrar-se à Comissão Nacional de Mulheres do partido. Há duas grandes coletâneas que reúnem todos os ensaios de Jones (Burden-Stelly, C. & Dean, J. (2022); Davies, 2024 [2010]), porém apenas um deles (Davies, 2024 [2010]) traz seus ensaios produzidos durante os tempos de YCL e da luta contra a II Guerra e o segundo texto lançado após o engajamento soviético no conflito. Os textos selecionados procuram estabelecer diretamente a relação entre a luta por liberdade e democracia no ambiente doméstico estadunidense e as lutas anti-imperialistas e anticoloniais como expressões da mesma luta por liberdade e democracia no contexto internacional, demarcando sua análise internacionalista da luta antirracista.

Dada a necessidade de se fazer uma descrição mais detalhada dos textos, optamos por uma abordagem interpretativa visando a compreensão mais

profunda de seu conteúdo e a identificação dos elementos basilares da análise da autora sobre o contexto doméstico dos EUA e o cenário internacional da época, tratando os dois ensaios como fontes primárias sobre o período retratado e sobre o processo intelectual da própria autora.

A partir de 1945, sua produção intelectual tornou-se progressivamente mais abrangente sobre as questões de gênero, raça e classe que afetavam a população negra nos EUA em sua época, demonstrando o aprofundamento de sua visão interseccional sobre os problemas da população negra e, particularmente, das mulheres negras. Os trabalhos dessa fase têm recebido alguma atenção por parte das estudiosas do feminismo negro (Davies, 2007; Chevannes, 2020; Silva, 2024), mas não será possível aprofundar esse debate neste artigo.

Os negros, a classe trabalhadora e a II Guerra: Jim Crow de Uniforme

Na ocasião em que publicou este ensaio, Claudia Jones tinha 25 anos. O texto foi lançado na forma de panfleto, vendido ao preço de 2 centavos como material de agitação e propaganda do PCUSA. No verão de 1940, a posição do partido e da YCL – liderada então por Jones – era contrária à entrada dos EUA na guerra, em função da leitura do conflito como uma disputa interimperialista e, portanto, sem ressonância com as necessidades dos negros e da classe trabalhadora branca do país, e tão pouco com as necessidades das nações colonizadas.

A autora toma como ponto de partida a motivação dos EUA e seus aliados europeus em sua pretensa defesa da democracia, valor defendido pelo presidente Roosevelt como crucial para a sociedade estadunidense. Debatendo a questão criticamente, Jones questiona a quem esse valor se aplica de fato, ao demonstrar que os colonizadores ingleses, franceses e alemães sempre negaram liberdade e democracia às suas populações coloniais.

Dizem que é um cruzada sagrada que decidirá se liberdade e democracia prevalecerão [...] ou se a força e a violência governarão o mundo. [...] Mas podemos acreditar nisso quando estamos cientes do fato de que a democracia tem sido uma farsa para cerca de 500 milhões de colonos escravizados sob domínio inglês? [...] Não, os povos coloniais, brancos e negros não podem apoiar essa guerra. (2024, p.95)

Jones é taxativa ao denunciar que a posição inglesa contra a Alemanha é uma forma falaciosa de defesa do próprio colonialismo, sob a justificativa de que os colonos negros estariam em situação melhor sob domínio inglês do que estavam sob domínio alemão (2024, p.96), porém, todos os colonialistas partem dos mesmos pressupostos: da inferioridade do negro que determina sua incapacidade de autogoverno e a necessidade de “refrear as ações dos negros, que querem paz, não a guerra [...]” (2024, p.96).

Em sua análise, a eventual vitória aliada sobre o eixo não significa necessariamente a libertação dos povos coloniais, mas uma mudança de domínio. Na perspectiva dos povos colonizados, a luta anti-imperialista é o único caminho possível para a liberdade de fato, e, demarcando igualmente a sua abordagem pan-africanista, Jones inclui o caso da Etiópia como ator fundamental para a derrota dos colonizadores ao conduzir “a revolta contra o imperialismo anglo-francês e o imperialismo ítalo-alemão, mostrando o caminho a todos os povos coloniais da África rumo à liberdade à libertação do imperialismo como um todo.” (2024, p.97).

Da mesma forma, a história estadunidense não é diferente das anteriores, particularmente em relação à população negra. Ao longo da história do país, os negros receberam inúmeras promessas de liberdade em troca de sua força na defesa da democracia, desde a guerra de independência, na guerra de 1812 e nas tropas estadunidenses na I Guerra Mundial. Contudo, além de constituírem “uma boa parte da bucha de canhão nas guerras da Europa” (2024, p.98) e dos EUA, Jones também identifica que a população negra é a primeira a sofrer com o aumento do custo de vida, a redução de renda e outras perdas causadas pela guerra e que, no limite, atingem toda a classe trabalhadora, negra e branca, uma vez que a política estadunidense no contexto da guerra tem caráter anti-negro e anti-operário (2024, pp.99).

Sua leitura do New Deal – que também é a leitura do PCUSA – considera o programa com parte de um acordo das elites estadunidenses para levar o país a ingressar na II Guerra (o que ocorreria 2 anos depois da publicação do artigo), dado o forte incentivo à indústria armamentista e a redução da participação dos

negros nos programas governamentais de segurança social⁹ que, sob a justificativa da unidade nacional, buscava mascarar os reais problemas da população negra no país (2024, p.99-100).

Para Jones, as promessas da democracia não condizem com aquilo que é a prática do governo estadunidense naquele momento, particularmente, em relação à omissão do presidente Roosevelt no debate político sobre a Lei Anti-linchamento. O projeto, defendido pelo PCUSA era a “pedra de toque da democracia americana” (2024, p.100) naquele momento e cujo debate era representativo da posição reacionária compartilhada entre Democratas e Republicanos, dispostos a manter-se aliados na negação dos direitos da população negra e trabalhadora do país, para garantir a participação estadunidense na guerra

Em uma escala doméstica, os partidos Republicano e Democrata concordam plenamente em descartar toda a legislação trabalhista e social tanto quanto possível, militarizar o trabalho, restringir drasticamente as liberdades civis e diminuir o padrão de vida de todas as pessoas. (2024, p.102)

A postura antiguerra rendeu acusações de traição e antipatriotismo contra a PCUSA e contra a YCL, liderada por Jones, que responde

Os verdadeiros quintas-colunas podem ser facilmente reconhecidos, porque são eles que mais abertamente semeiam o preconceito racial, as sementes da utilização do preconceito racial como isca para colocar os trabalhadores brancos contra os negros. (2024, p.102).

Se a mobilização pela democracia não condiz com os fatos no plano internacional, no plano doméstico e institucional a discrepância é ainda mais alarmante. Claudia Jones aponta como a incorporação de homens negros nas forças armadas dos EUA serve apenas para prover força de trabalho para a instituição, sem significar qualquer melhoria das condições de vida dessas pessoas após sua passagem pela tropa e nem mesmo um mínimo de

⁹ Durante o governo Roosevelt, diversos programas de segurança social foram criados, no âmbito do *New Deal*, para reduzir os impactos da Grande Depressão. O WPA (Works Progress Administration), o NYA (National Youth Administration) e o PWA (Public Works Administration) foram programas de incentivo ao emprego em obras públicas. Além do PCUSA, outras organizações como a NAACP também denunciavam a sub-representação da população negra no programa, particularmente nos estados do sul.

respeitabilidade enquanto a integram. É nesse sentido que a autora nomeia as forças armadas do país como Jim Crow de uniforme, uma vez que os soldados e os poucos oficiais negros estão submetidos às mesmas leis de segregação racial vigentes no país, a exemplo do que já acontecera no contexto da mobilização para a I Guerra Mundial¹⁰.

A impossibilidade de promoção para oficiais negros e seu comissionamento a regimentos segregados, reproduziam no exterior as práticas habituais do meio doméstico. Embora estivessem na Europa lutando pela democracia, os soldados negros no exército dos EUA estavam envolvidos nos mesmos tipos de trabalhos indesejáveis que tinham em casa: executavam tarefas de estiva (carregar e descarregar navios e veículos), construção (construir estradas e depósitos), enterravam os soldados mortos e detonavam minas e explosivos espalhados pelo campo de batalha. Além, é claro, de formar a maior parte das tropas de infantaria (2024, p.108-110).

Sem receber o devido reconhecimento por parte do governo estadunidense, as tropas negras também não podem ser valorizadas pelos aliados europeus. Segundo o relato de Carter Woodson¹¹ mencionado por Claudia, os oficiais franceses foram orientados a “não tratar os negros com familiaridade e indulgência, que são questões de grave preocupação para os americanos e uma afronta à sua política nacional.”.

A descrição feita por Claudia não deixa dúvidas para seu leitor, o jovem negro e o jovem branco pobre, de que o caminho da mobilização militar é uma via de mão única, na qual o jovem negro vai entregar sua força de trabalho sem receber a devida contrapartida de democracia sempre prometida, mas nunca concretizada.

Retomando a sua análise da política internacional, Jones compara a guerra dos Aliados contra o Eixo – que ela chama de Segunda Guerra Imperialista – com outros conflitos e guerras e questiona o posicionamento dos

¹⁰ A autora cita o Houston Riot of 1917, quando 156 soldados negros do 24º Regimento de Infantaria se rebelaram contra a violência racial das forças policiais da cidade de Houston, Texas. 110 soldados negros foram condenados em corte marcial a diferentes penas de prisão e 13 foram condenados à morte por enforcamento.

¹¹ Carter G. Woodson, *Negroes In the World War*.

EUA para demonstrar mais uma vez a falácia do discurso de defesa da democracia e para apontar sua visão sobre o significado da democracia, que não se restringe ao negro dos EUA, mas abrange também os povos negros colonizados, retomando a concepção internacionalista e pan-africanista da luta contra o colonialismo, exposta no início de seu texto.

Não apoiamos a Etiópia? Era porque eles estavam genuinamente lutando pela democracia, por sua independência, contra a intervenção e agressão brutal do fascismo italiano. [...] Outra guerra genuinamente democrática foi a guerra do povo espanhol contra o fascista Franco e seus comparsas Hitler e Mussolini. [...]

Hoje, na China, o povo chinês por mais de dois anos e meio tem lutado heroicamente em uma guerra genuína pela democracia, contra o imperialismo japonês, apoiado por 80% dos produtos americanos.

Essas são guerras de libertação nacional. Essas guerras são versões modernas do tipo de guerra que Toussaint L'Overture lutou pela independência dos milhares de negros no Haiti. (2024, p.115)

Jones explora aqui com muita sagacidade não apenas a vinculação das lutas anti-imperialistas e anticoloniais em diferentes partes do mundo com as lutas da classe operária, mas também a continuidade histórica do processo de libertação das populações negras, que liga a escravidão moderna às variadas formas de exploração do trabalho de homens e mulheres negros e negras.

A parte final do artigo é dedicada ao destaque mais aberto das pautas do PCUSA e da defesa do regime soviético, como expressão do tipo de sociedade almejada para negros e brancos. Tomando como premissa que o acesso a condições básicas de vida e que a democracia e a paz só poderiam ser alcançadas em um regime socialista e afirma “Para milhões de nós, povos escuros, para os povos oprimidos de todo o mundo, a União Soviética permanece como um farol de luz, esperança e verdade!” (2024, p.118).

Jones chega a mencionar que não há opressão nacional ou racial na União Soviética, o que denota uma postura abertamente propagandística do regime, reforçando que, apesar de todo o esforço analítico presente no texto, trata-se ainda de um veículo de comunicação que tem a função de propagar a visão da YCL e do PCUSA entre os jovens negros.

Os EUA entram na II Guerra: Ergamos todas as vozes – até a vitória

Tal como o ensaio anterior, *Ergamos todas as vozes – até a vitória!* também foi publicado sob a forma de panfleto. O texto faz a defesa da participação estadunidense na guerra, marcando uma importante mudança de posicionamento do PCUSA após a invasão da URSS pela Alemanha. Quando os EUA declararam guerra ao Eixo, em dezembro de 1941, a YCL procurava qualificar o debate sobre a participação dos jovens negros na guerra.

Diferentemente, do ensaio anterior, que tem uma estrutura mais analítico-descritiva, este tem um caráter marcadamente mais propagandístico, recorrendo frequentemente ao uso de metáforas que relacionam a situação internacional e a própria guerra, ao contexto doméstico dos EUA.

As metáforas são construídas a partir de um evento de enorme apelo popular, a luta entre o boxeador negro Joe Louis e o alemão Max Schmeling, realizada em Nova Iorque em 1938. A vitória de Louis foi interpretada como um duro golpe sobre o ideal de superioridade ariana, tal qual já haviam sido as medalhas ganhas por Jesse Owens na Olimpíada de Berlim, dois anos antes. A partir desse ponto, o ringue de boxe passou a ser a metáfora para os diferentes locais onde se tratava a II Guerra e o lutador Louis, o símbolo de todos os povos escuros em luta contra o fascismo: “Joe é um homem do exército agora. Ele luta em um ringue maior, um ringue que cobre todo o globo. E milhões de pessoas em todo mundo estão lutando com Joe nesta batalha.” (2024, p.138).

O texto de Claudia Jones tem um evidente objetivo de mobilização. Apesar do uso intenso e recorrente da metáfora da luta de Joe Louis, a linguagem, do texto é assertiva, direta e não deixa de associar o arianismo alemão ao racismo tão presente nos EUA

Nós lutamos contra um inimigo que está tentando conquistar o mundo, para destruir a liberdade e a independência de todas as nações e povos. Para escravizar e, tal como posto em *Mein Kampf*, eliminar os negros e os judeus. [...] Apesar de todas as desvantagens de ainda impedem ele e outros negros americanos de darem seus melhores esforços para a defesa do país, Joe vestiu avidamente o uniforme do Exército dos Estados Unidos. Porque simboliza, com o uniforme do britânico Tommy, o soldado do Exército Vermelho, a guerrilha chinesa, os soldados indianos, os igorotes e os filipinos, tudo pelo que lutamos. (2024, p.139).

Na visão de Jones, a luta contra o fascismo e o nazismo é a luta crucial contra o risco de que a supremacia branca – já existente nos EUA e expressada

na discriminação racial – possa se tornar uma norma global, daí a importância do engajamento de jovens negros como Joe Louis para garantir a derrota do Eixo. Em sua análise, sem que Hitler seja derrotado, não apenas as esperanças de liberdade, reconhecimento e democracia dos povos negros ao redor do mundo, mas também dos afro-americanos não poderão ser alcançadas. Portanto, discorda dos ativistas negros que consideram o conflito como uma guerra do homem branco

Esta é a nossa guerra. Sua guerra e minha. É uma guerra popular para preservar a integridade e a independência de nossa nação; preservar a oportunidade e a chance que temos de lutar por uma vida melhor; uma guerra pela liberdade de toda humanidade, para que os homens possam mais uma vez pensar e respirar livremente em todo o mundo (2024, p.142).

A que nação, Jones se refere? À primeira vista, parece uma defesa da participação estadunidense na guerra – segundo Davies (2024), Claudia Jones foi acusada de assumir uma posição belicista após a publicação deste ensaio – entretanto, quando avançamos no texto, fica cada vez mais evidente que a autora se refere à população negra como uma nação distinta no contexto estadunidense e não pelos traços específicos que compartilhados, mas pela privação dos direitos de cidadania a que está submetida. Para Jones, não há separação entre a luta contra Hitler e a luta contra o racismo estadunidense, uma vez que os supremacistas nos EUA preferem “ver uma vitória do Hitler do que ver a democracia plena estendida a todos os negros” (2024, p.144), contudo, a vitória dos EUA depende de que “as portas devem ser abertas ainda mais para a juventude negra entrar na produção de defesa, no Exército, na Marinha e na Força Aérea com base na igualdade total” (2024, p.145). Neste panfleto o debate sobre a integração total das forças armadas presente no panfleto anterior é retomado de maneira ainda mais incisiva, uma vez que o país estava então efetivamente em guerra.

Jones critica duramente e chama de falsos amigos os intelectuais e veículos de imprensa que, sem declarar abertamente seu racismo, são contrários à mobilização dos negros para as tropas, o que significaria a possível ampliação de direitos para a população negra, pois “embora possam fingir que defendem os negros, estão na verdade traindo a eles e aos seus direitos em favor de seus piores inimigos” (2024, p.149).

Por fim, Jones conclama ao engajamento da juventude negra com o movimento de trabalhadores para o esforço de guerra e estimula especialmente os brancos a erguer-se contra o preconceito racial, “fortalecer a unidade de negros e brancos e defender todas as demandas justas e necessárias do povo negro. Assim as forças anti-Hitler da América farão avançar a luta por plena democracia para os cidadãos negros como parte da luta pela vitória” (2024, p.150).

Considerações Finais

Os EUA de Claudia Jones não é uma terra de oportunidades, mas um lugar de opressão racial e exploração dos trabalhadores. Um lugar de exclusão, violência e falta de liberdade. Como mulher negra, jovem e imigrante, sua vivência levou à politização de sua revolta e à radicalização de sua ação política.

Ao rejeitar a emergência da guerra, Jones utiliza a defesa da paz não como um princípio filosófico pacifista, mas como uma estratégia de preservação da população negra. Ao mostrar como a participação negra em todas as guerras travadas pelos EUA jamais foi seguida por reconhecimento político e social, ela atinge não apenas o *establishment* estadunidense e suas práticas, mas também evidencia os limites das posturas integracionistas de organizações como a NAACP.

Claudia Jones era uma defensora da emancipação total da população negra, antecipando em algumas décadas a postura que seria adotada por organizações como o Black Panthers Party (Davies, 2007; Sherwood, 1999). Sua percepção da população negra como um grupo nacional oprimido nos EUA era o meio pelo qual ela estabelecia a ponte para vincular a luta dos afro-americanos (na época esse termo ainda não era utilizado) à luta de outros povos negros por autodeterminação, o que desde cedo a aproximou do ativismo pan-africanista, que se tornou ainda mais acentuado após o fim da II Guerra e a sua deportação para a Grã-Bretanha (Schwarz, 2003).

Nos dois ensaios analisados, essa perspectiva fica pouco desenvolvida, o que entendemos como resultado da centralidade atribuída à luta contra a guerra no primeiro texto, e à defesa da mobilização negra no segundo. Contudo, não se pode negar que a abordagem aplicada pela autora ao problema do imperialismo e da colonização está em sintonia com a leitura de autores como DuBois e o também caribenho CLR James. Apesar de ainda atuar como membro da juventude comunista, Claudia Jones já apresentava uma ampla capacidade de formulação e de organização política que alavancaram sua trajetória no PCUSA e no movimento socialista internacional.

Nesses dois trabalhos iniciais, a autora foi capaz de delinear alguns dos principais componentes analíticos presentes em seus ensaios posteriores: a noção de que a população negra nos EUA forma um grupo nacional específico explorado por um outro grupo nacional, a exemplo do que ocorre com os povos coloniais; a percepção de que a luta antirracista nos EUA está vinculada à luta dos povos colonizados e a defesa intransigente da emancipação total da população afro-americana e das populações colonizadas. Sua trajetória política demonstra que a radicalização de suas posições acompanha o aprofundamento de sua compreensão sobre o papel da ideologia socialista na luta dos negros e da decorrente necessidade de reformular e reinventar o pensamento socialista para abranger a luta antirracista.

Referências Bibliográficas:

- Burden-Stelly, C. & Dean, J. (2022). Organize, Fight, Win. Black Communist Women's Writing. Verso.
- Chevannes, D. K. (2020). The Laboring of Black Politics: Decolonial Meditations on Claudia Jones. *Political Research Quarterly*. Pp.1-13. <https://doi.org/doi:10.1177/1065912920979107>
- Davies, C. B. (2007). Left of Karl Marx: The Political Life of Black Communist Claudia Jones. Duke University Press.
- Davies, C. B. (2011). Claudia Jones: Beyond Containment. Ayebia Clark Publishing.
- Davies, C. B. (2024). Claudia Jones Escritos sobre Gênero, Raça e Classe. Lavra Palavra.
- Hinds, D. (2008). The West Indian Gazette: Claudia Jones and the black press in Britain. *Race & Class*, vol. 50, nº1. Pp. 88-97. <https://doi.10.1177/03063968080500010602>
- Okoth, K. O. (2025). África Vermelha. Boitempo.
- Parris, T. A. (2024). Claudia Jones and Black Power: A Close Reading of the West Indian Gazette and Afro-Asian Caribbean News. *American Communist History*, 23(1-2), 35-50. <https://doi.org/10.1080/14743892.2023.2267946>
- Robinson, C. (2024 [1981]). Marxismo Negro. Perspectiva.
- Sherwood, M. (1999). Claudia Jones A Life in Exile. Lawrence & Wishart.
- Schwarz, B. (2003). Claudia Jones and The "West Indian Gazette": Reflections on the Emergence of Post-colonial Britain. *Twentieth Century British History*, Vol.14, nº3, pp. 264-285. <https://doi.org/10.1093/tcbh/14.3.264>
- Silva, B. G. S. (2022). Claudia Jones e Angela Davis: Contribuições para a luta revolucionária. *Anais XII COPENE 2022, Marxismo, Raça e Negritude*. Disponível em: <https://www.copene2022.abpn.org.br/anais/trabalhos/anais01?simposio=241>
- Silva, B. G. S. (2024) Nos Rastros das Origens da Interseccionalidade: Claudia Jones e a Tripla Opressão. *Revista de Teoria da História*, vol. 27, nº2, pp.215-240. <https://doi.org/10.5216/rth.v27i2.75424>
- Weigand, K. (2001). Red Feminism. American Feminism and the Making of Women's Liberation. John Hopkins University Press.